FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES MÉDIAS: UMA LEITURA ATRAVÉS DO CONSUMO E DA POLICENTRALIDADE

SOCIO-SPATIAL FRAGMENTATION IN MEDIUM-SIZED CITIES: A READING THROUGH THE CONSUMPTION AND THE POLYCENTRALITY

FRAGMENTACIÓN SOCIOESPACIAL EN CIUDADES MEDIAS: UNA LECTURA A TRAVÉS DEL CONSUMO Y LA POLICENTRALIDAD

ALEXANDRE ANTONIO ABATE
Mestrando em Geografia

Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de Presidente Prudente - SP.

E-mail: alexandre.abate@unesp.br

Resumo:
Neste artigo, realizamos uma leitura da fragmentação socioespacial pelas lentes do consumo e da policentralidade, apresentando indicativos e evidências desse processo em quatro cidades médias: Londrina, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. Dentre os resultados que serão apresentados, os indicativos e as evidências da lógica socioespacial fragmentária estão contidos em três direções principais, as quais podem ser vistas como intimamente conectadas: 1) a perda da hegemonia do centro principal como espaço de consumo de bens e de serviços, incluindo as práticas do lazer; 2) práticas espaciais reveladoras de um consumo segmentado; 3) a policentralidade como reveladora da fragmentação socioespacial, sobretudo a partir do consumo e das práticas de lazer nos *shopping centers*, além da utilização dos supermercados e dos hipermercados para a realização destas práticas espaciais.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano, fragmentação socioespacial, consumo, policentralidade.

Abstract:
In this article, we realize a reading of the socio-spatial fragmentation by the lens of the consumption and the polycentrality, presenting indicatives and evidences of this process in four medium-sidez cities: Londrina, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. Among the results that will be presented, the indicatives and evidences of the socio-spatial logic fragmentary are contained in three principal directions, which can be seen as closely connected: 1) the loss of the hegemony of the principal centre as a consumption space of goods and services, including the leisure practices; 2) spatial practices revealing of a segmented consumption; 3) the polycentrality as revealing of the socio-spatial fragmentation, especially as of the consumption and the leisure practices in shopping centers, beyond of the use of the supermarkets and of the hypermarkets for the realization of these spatial practices.

Keywords: Production of urban space, socio-spatial fragmentation, consumption, polycentrality.

Resumen:
En este artículo, realizamos una lectura de la fragmentación socioespacial por las lentes del consumo y la policentralidad, presentando indicativos y evidencias de ese proceso en cuatro ciudades medias: Londrina, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. Entre los resultados que serán presentados, los indicativos y las evidencias de la lógica socioespacial fragmentaria están contenidos en tres direcciones principales, las cuales pueden ser vistas como íntimamente conectadas: 1) la pérdida de la hegemonía del centro principal como espacio de consumo de bienes y servicios, incluidas las prácticas del ocio; 2) prácticas espaciales reveladoras de un consumo segmentado; 3) la policentralidad como reveladora de la fragmentación socioespacial, sobre todo a partir del consumo y de las prácticas de ocio en los *shopping centers*, además de la utilización de los supermercados y de los hipermercados para la realización de estas prácticas espaciales.

Palabras-clave: Producción del espacio urbano, fragmentación socioespacial, consumo, policentralidad.

Introdução

Este artigo é uma síntese do trabalho final elaborado para a disciplina de *Urbanização e Produção do Espaço*, ministrada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de Presidente Prudente - SP, na qual estamos cursando o Mestrado Acadêmico em Geografia.

O objetivo geral do artigo é realizar uma leitura[1] do processo de fragmentação socioespacial pela lente das práticas espaciais associadas ao consumo e com base na policentralidade. A operacionalização escolhida para a realização desta leitura refere-se à apresentação de discussão teórica associada aos resultados das pesquisas desenvolvidas por Dal Pozzo (2015), Pereira (2018) e com base na investigação desenvolvida pelos pesquisadores no âmbito do projeto temático financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), intitulado *"Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo"* [2], cujos resultados foram divulgados, em 2019, no livro "*Consumo, Crédito e Direito à Cidade"*, o qual foi organizado por Góes *et al* (2019). Assim, a partir do recorte analítico estabelecido, apresentaremos indicativos e evidências da lógica socioespacial

[1] Na nossa pesquisa de mestrado, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela FAPESP (Processo nº 2019/02849-0), a leitura da fragmentação socioespacial em Ribeirão Preto - SP está alicerçada na mobilidade e na acessibilidade urbanas. Desta forma, muitas das discussões teóricas e conceituais aqui apresentadas, sobretudo aquelas relativas à fragmentação socioespacial, também contribuem para a condução da nossa investigação e, portanto, compõem a nossa dissertação.

[2] Processo FAPESP nº 11/20155-3.

fragmentária em quatro cidades médias: Londrina, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. Neste sentido, as análises serão enriquecidas devido à apresentação e à comparação de exemplos diversos, oriundos de cidades variadas.

Apontamentos teóricos e conceituais sobre segregação socioespacial e fragmentação socioespacial

O conceito de segregação, que tem sua origem na "Escola de Chicago", restringindo-se, nesta escola, ao uso residencial do espaço, posteriormente é apropriado e repensado por outras perspectivas teóricas, dentre elas a "Escola de Sociologia Urbana Francesa", é de difícil compreensão devido a vários fatores: 1) os conceitos podem mudar e, de fato, mudam de conteúdo com o tempo; 2) a segregação foi adotada de forma difusa por muitos autores, o que revela, de certo modo, descuidos teóricos; 3) o conceito de segregação é polissêmico, podendo, dessa forma, perder a sua força explicativa; 4) a segregação pode possuir relações com outras dinâmicas, não podendo ser confundidas com elas. Dentre essas dinâmicas, temos a diferenciação socioespacial, a produção de desigualdades espaciais, exclusão social e/ou espacial, discriminação social, marginalização, estigmatização territorial (SPOSITO, 2013). Partindo desse pressuposto, Sposito e Góes (2013) explicam que, para a compreensão da segregação, é necessário distingui-la de diferenciação, haja vista que, segundo elas,

> a segregação resulta da radicalização e do aprofundamento de múltiplas formas de distinção, de segmentação, de desigualdades e, portanto, de diferenciação [...]. Há inúmeras formas de diferenciação que não representam, efetivamente, segregação (SPOSITO; GÓES, 2013, p. 280 e 281).

A partir dessa compreensão inicial, torna-se importante ressaltar, ainda, que, dada a polissemia do conceito de segregação (SPOSITO, 2013), conforme supracitado, neste artigo, assim como na pesquisa que estamos desenvolvendo no mestrado, o adjetivo "socioespacial" é privilegiado para caracterizar o substantivo "segregação", pois, conforme explicam as autoras, a segregação é de natureza espacial, contudo, este processo só poderá ser compreendido por meio das articulações entre esta condição (espacial) e a condição social, ressaltando, assim, a perspectiva geográfica do conceito.

De acordo com Lefebvre (2001, p. 97, *destaques do autor*), a segregação pode ser compreendida a partir de três aspectos: "*espontâneo* (proveniente das rendas e das ideologias) - *voluntário* (estabelecendo espaços separados) - *programado* (sob o pretexto de arrumação e de plano)". Assim, a segregação denominada por Lefebvre (2001) como voluntária poderia se associar à autossegregação, materializada, nos espaços urbanos, na habitação em loteamentos fechados e condomínios horizontais de alto padrão, enquanto que a segregação programada se aproximaria da segregação imposta, a qual ocorre sob a ação do Estado e da gestão e planejamento urbanos, cristalizada, principalmente, no afastamento socioespacial dos estratos socioeconômicos de menor poder aquisitivo para as periferias das cidades no âmbito das políticas habitacionais, por exemplo.

Villaça (2011), por meio de uma discussão que se origina do espaço urbano como fruto da ação humana, ou seja, socialmente produzido, parte do pressuposto de que "nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado /compreendido se não for considerada a enorme desigualdade econômica e de poder

político que ocorre em nossa sociedade" (VILLAÇA, 2011, p. 37). Assim, segundo ele, a desigualdade e a injustiça a ela associadas são os maiores problemas do Brasil, decorrendo deste fato a importância da segregação nos estudos urbanos, pois, segundo ele, "[...] a segregação é a mais importante manifestação espacial urbana da desigualdade que impera em nossa sociedade" (VILLAÇA, 2011, p. 37). Especificamente considerando as metrópoles, o autor defende que a segregação permite a leitura do desnível que existe entre o espaço urbano dos estratos de menor poder aquisitivo e o dos estratos de maior poder aquisitivo, decorrendo deste fato a seguinte afirmação:

> nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro poderá ser jamais explicado/compreendido se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles, cidades grandes e médias (VILLAÇA, 2011, p. 37).

Assim, a segregação, na perspectiva de Villaça (2011), poderá somente ser compreendida por intermédio da sua articulação com a desigualdade.

Para Carlos (2013), a segregação é a característica fundamental da produção do espaço urbano na contemporaneidade, sendo ela, em seus fundamentos, o negativo da cidade e da própria vida urbana. Para compreendê-la, é necessário entender a produção da cidade submetida à lógica da acumulação capitalista e aos ditames no neoliberalismo, sendo o espaço urbano produzido, então, sob a égide do valor de troca, o qual impõe-se ao uso social da cidade (CARLOS, 2013). Assim, a segregação estrutura-se e se consolida em oposição aos pressupostos do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001), o

qual transforma-se, cada vez mais, conforme defende Carlos (2013), em um horizonte utópico.

Partindo da sua multidimensionalidade, Sposito (2013) explica que a segregação pode e deve ser vista a partir da valorização de algumas dimensões, dando, assim, força às análises tecidas em cada formação socioespacial e em cada cidade, partindo das diferentes particularidades e singularidades que existem. Neste sentido,

> [...] pode-se dar maior relevância às condicionantes e expressões econômicas, às políticas, às étnicas, às culturais, bem como se deve estar atento a múltiplas combinações entre elas - sociopolíticas, etnorreligiosas, socioeconômicas etc." (SPOSITO, 2013, p. 63).

Assim, é necessário compreender o conceito para além da sua formulação inicial, reconhecendo-se a sua pluralidade em termos de diversidade e de amplitude, e para além da singularidade, ou seja, deparamo-nos, constantemente, com *processos* de segregação (SPOSITO, 2013). Neste sentido, segundo Sposito (2013), temos as novas segregações: se, no Brasil, o conceito foi e permanece sendo importante para a compreensão das formas de discriminação e/ou de segmentação socioespaciais, associadas à favelização, e também para tratar da segmentação socioespacial, associada à periferização dos citadinos de menor poder aquisitivo por meio do afastamento socioespacial para residirem nos conjuntos habitacionais de interesse social, por exemplo, temos, nas cidades brasileiras após 1970, a ampliação dos espaços residenciais fechados, os quais não são exclusividade de realidades urbanas brasileiras e vêm, desde então, consoante Sposito (2013), sendo pesquisados à luz do conceito de

segregação, mas agora a partir de novas expressões, como "autossegregação", cunhada por Corrêa (1989), e "enclaves fortificados", proposto por Caldeira (2000), sendo ambas expressões referentes aos espaços residenciais fechados supramencionados. Conforme apresentaremos na sequência, a fragmentação socioespacial também apresenta-se, cada vez mais, como um conceito potente para esta discussão.

Concernente à fragmentação, Sposito (2015) explica que, assim como a segregação, o termo, que também é polissêmico, já foi utilizado largamente para tratar de diferentes "rupturas" (econômicas, sociais, políticas, dentre outras), além de ter sido abordado em diferentes escalas, da local à supranacional, não sendo inerente, apenas, aos espaços urbanos. Como ponto de partida, reconhecemos, a partir de Sposito e Góes (2013, p. 294 e 295), que a fragmentação "socioespacial", adjetivo adotado pelas autoras, concernente aos espaços urbanos, "[...] é um processo posterior, historicamente, ao de segregação, tanto quanto mais complexo no que toca suas condicionantes e dinâmicas". Todavia, embora posterior cronologicamente, a fragmentação socioespacial contém a segregação socioespacial, o que sugere que aquela, nos termos aqui definidos, além de se materializar por meio de novos espaços e construções que possuem a capacidade de produzir rupturas físicas nas cidades, também expressa-se por intermédio das práticas espaciais dos citadinos (SPOSITO; GÓES, 2013; SPOSITO, 2018). Desta forma, avaliamos que a fragmentação socioespacial pode ser entendida como resultado de modificações profundas nas estruturas espaciais das cidades, o que nos leva a reconhecer a fragmentação como um processo inserido no âmbito da reestruturação da cidade,

conforme ideia proposta por Sposito (2001), a qual complementa e se articula ao processo de reestruturação urbana.

Na literatura dedicada ao estudo das cidades do sul e do norte, a noção de fragmentação socioespacial, segundo Prévôt-Schapira (2001), surge no final dos anos de 1980, sendo ela associada

> a componentes espaciais (desconexão física, descontinuidades morfológicas), dimensões sociais (retirada comunitária, lógicas exclusivas) e políticas (dispersão de atores e autonomização de dispositivos de gestão e regulação urbana) (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2001, p. 34 e 35, *tradução nossa*). [3]

A partir da utilização nestes três campos de pesquisa - o espacial, o social e o político -, a disseminação desta noção nos estudos das metrópoles da América Latina propiciou a emergência de um novo perfil de cidade: a cidade fragmentada[4] (PRÉVÔT-SCHAPIRA; PINEDA, 2008). Assim, na América Latina, três caminhos apontam para o processo de fragmentação socioespacial, de acordo com Prévôt-Schapira e Pineda (2008, p. 75):

> [...] o estudo das políticas públicas e dos novos modos de governança das metrópoles continentais, a caracterização das transformações econômicas

[3] Tradução nossa de: *"[...] componentes espaciales (desconexión física, discontinuidades morfológicas), dimensiones sociales (repliegue comunitario, lógicas exclusivas) y políticas (dispersión de actores y autonomización de dispositivos de gestión y regulación urbana)".*

[4] Conforme destaca Sposito (2013), trabalhar com a fragmentação socioespacial não pressupõe, apenas, constatar a cidade fragmentada (fato) a partir de descontinuidades territoriais no tecido urbano ou mesmo a partir dos muros e dos sistemas de segurança. Trabalhar com a fragmentação socioespacial pressupõe ir além: é necessária, segundo Sposito (2013), além da perspectiva do tempo e das articulações entre escalas, uma *leitura do processo por meio das práticas espaciais dos citadinos* e, no caso específico deste artigo, a partir das práticas espaciais de consumo.

> associadas à globalização e às novas estratégias do *management* empresarial e, por último, a **análise da relação, muitas vezes contraditória, entre mudança social e evoluções da estrutura urbana.** A inter-relação entre essas três lógicas multiplica os pontos de atrito e intensifica os antagonismos entre os atores e as redes que disputam e repartem o espaço urbano, em circunstâncias marcadas tanto pelo dinamismo econômico quanto pelo crescimento das desigualdades e da pobreza (*tradução nossa, grifo nosso*).[5]

Analisando o caso de Lisboa, Salgueiro (2001, p. 116) apresenta quatro elementos principais para a caracterização da "cidade fragmentada em construção", sendo o primeiro aquele que se associa ao debate que teceremos no próximo tópico deste artigo:

> - é um **território policêntrico** onde se assiste **à perda da hegemonia do "centro"** e à multiplicação de "novas centralidades";
> - **aparecem áreas mistas**, muitas vezes megacomplexos imobiliários que reúnem habitação, comércio, escritórios e lazer, ou comércio, indústria e serviços, sinal evidente da negação do zoneamento funcional associado à cidade industrial;
> - surgem enclaves socialmente dissonantes no seio de tecidos com uma certa homogeneidade morfosocial, base de uma nova organização em que há **contiguidade sem continuidade**;

[5] Tradução nossa de: *"[...] el estudio de las políticas públicas y de los nuevos modos de gobernanza de las metrópolis continentales, la caracterización de las transformaciones económicas asociadas a la globalización y a las nuevas estrategias del management empresarial, y, por último, el análisis de la relación, muchas veces contradictoria, entre cambio social y evoluciones de la estructura urbana. La interrelación entre estas tres lógicas multiplica los puntos de fricción e intensifica los antagonismos entre los actores y las redes que se disputan y se reparten el espacio urbano, en circunstancias marcadas a la vez por el dinamismo económico y el crecimiento de las desigualdades y de la pobreza".*

> - cresce a dessolidarização do entorno próximo porque os indivíduos e actividades participam cada vez mais em redes de relações (movimento e troca de informações) à distância, fonte dos **fluxos complexos que cruzam o território, e que no geral não valorizam nem se exercem na proximidade imediata porque as novas acessibilidades libertaram muitas localizações dos constrangimentos da proximidade**. Os padrões de actividades requerem agora uma frequência discreta (no mesmo sentido do comportamento matemático das variáveis não contínuas) de territórios afastados uns dos outros (*grifos nossos*).

Em um trabalho anterior, Salgueiro (1998) reflete sobre as modificações da organização das cidades e defende que a fragmentação socioespacial identifica a cidade pós-industrial. Além disso, propõe uma definição para o termo fragmentação, entendendo-o como:

> [...] uma organização territorial marcada pela *existência de enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura socioespacial que o cerca*. A fragmentação traduz o aumento intenso da diferenciação e a existência de rupturas entre os vários grupos sociais, organizações e territórios (SALGUEIRO, 1998, p. 39, *destaque da autora*).

A fragmentação socioespacial, segundo Sposito e Góes (2013) e Sposito (2018), é um processo que não está presente apenas nos espaços urbanos metropolitanos, nos quais ele já se encontra, de certo modo, enraizado, estruturado, com pilares sólidos que o sustentam e o promovem. Assim, as referidas pesquisadoras entendem que a fragmentação socioespacial é, também, um processo em curso nas cidades médias brasileiras. Contudo, em muitas cidades médias, as diferentes facetas desse processo começaram a se manifestar

recentemente. Desta forma, dada a complexidade da lógica socioespacial fragmentária, é importante que ocorram investigações mais amplas no âmbito da Geografia Urbana, sobretudo a partir destes novos espaços urbanos nos quais ela se apresenta como um processo em constituição.

Fragmentação socioespacial pelas óticas do consumo e da policentralidade: indicativos e evidências

Côrrea (1989) explica que, a partir do século XX, o processo de centralização, assim como a maneira pela qual ela se manifesta no espaço urbano por meio da área central, entendida por ele como forma espacial, ganharam notoriedade nos estudos urbanos devido, principalmente, à magnitude desse processo e de sua forma espacial, sendo ambos, consoante Corrêa (1989), produtos do capitalismo. De fato, como consequência disso, Pereira (2014) destaca que, no âmbito da Geografia Urbana, é vasta a bibliografia acerca do(s) centro(s) das cidades e sobre a gênese de centralidades nos espaços urbanos. Dessa forma, apresentaremos, apenas, alguns elementos que auxiliarão na compreensão da relação entre fragmentação socioespacial, consumo e policentralidade.

Torna-se mister iniciar a discussão a partir da distinção e da relação entre centro(s) e centralidade(s), devido à frequente abordagem desta como sendo um lugar. Sposito (2013, p. 73) explica que a centralidade refere-se à "[...] condição e expressão de central que uma área pode exercer e representar", não sendo, pois, concreta. Assim, Sposito (2010) e Pereira (2014) explicam que, embora, dialeticamente, centro e centralidade sejam, diretamente, relacionados, temos dois conceitos distintos. Nesse sentido, Sposito

(2010) explica que a centralidade pode ser compreendida como processo, ao passo que o centro é a expressão territorial dele. No âmbito da centralidade, destacamos, ainda, a importante perspectiva explicada por Whitacker (2003, p. 128, *destaque nosso*):

> [...] *devemos ressaltar que não existe cidade sem centralidade, por isso se compreende que a única categoria que pode ser utilizada para definir a cidade em todos os tempos é o centro.* Mas deve-se procurar compreender o conteúdo da centralidade nos diferentes momentos históricos e recortes empreendidos para sua apreensão, na perspectiva de se entender como ela se realiza no âmbito de diferentes formações sociais.

Para Corrêa (1989, p. 38), na área central, "[...] concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intraurbanos". Sposito (2010) avança na discussão sobre o centro, destacando que é possível pensá-lo como forma principal da urbanidade, assim como associá-lo à ideia de pertencimento. Neste âmbito de discussão, ela explica que a centralização se manifesta para além da concentração de atividades comerciais e de serviços; temos, então, a noção do lúdico. Assim, a cidade

> é o espaço do exercício e da representação do poder e da cultura de uma sociedade. O centro é, pois, o espaço de excelência e a expressão dessa concentração; ele é o ponto de integração geográfica e social (SPOSITO, 2010, p. 201).

No âmbito da expansão urbana, Pereira (2014) explica que temos a redefinição da centralidade no espaço urbano, dinâmica esta

que contribui, segundo ele, para o processo de reestruturação das cidades, ou seja, "[...] o surgimento de novas áreas de concentração de comércio e serviços [...] acabam por alterar as lógicas de estruturação das cidades que até então estavam postas" (PEREIRA, 2014, p. 126). Sposito (2010) ressalta, ademais, uma dinâmica inserida nesse contexto de redefinição da centralidade urbana, argumentando ainda que as novas estratégias de concentração dos equipamentos de bens e de serviços "[...] provoca[m] uma redefinição do centro, da periferia e da relação centro-periferia" (SPOSITO, 2010, p. 199).

A expressão multi(poli)centralidade urbana apresenta-se como fundamental para esta discussão. A expressão multicentralidade, segundo Sposito (2010), aplica-se às cidades em que constatamos a existência de mais de um centro, "influenciando a perda relativa do peso e da importância do centro 'principal' em estruturas espaciais tipicamente monocêntricas até então" (SPOSITO, 2013, p. 75). Assim, a referida pesquisadora destaca, no âmbito da multicentralidade: 1) a gênese de subcentros e de eixos de comércio e de serviços especializados fora do centro tradicional; 2) a implantação de galerias comerciais, seja no centro, reafirmando-o, ou fora dele; 3) o crescimento de atividades comerciais e de serviços em áreas pericentrais, as quais, no pretérito, eram, estritamente, residenciais. Temos, então, a consolidação de "áreas centrais", mesmo que o centro principal permaneça exercendo centralidade. Assim, "o prefixo multi, de origem latina, é tomado no sentido de muitos" (SPOSITO, 2013, p. 75).

Concernente à policentralidade, é necessário estabelecer claramente qual concepção[6] adotamos como norteadora, partindo do pressuposto de que não são todas que podem ser associadas à fragmentação socioespacial e partindo, também, dos seus diferentes entendimentos, no plano geográfico, não havendo, pois, consenso, conforme explica Ferreira (2018). Assim, a nossa concepção é a da *policentralidade nos espaços urbanos*, especificamente a policentralidade que se estabelece nas cidades médias.

Cada centro apresenta características próprias, segundo Sposito (2010), como nível de especialização, permitindo que as zonas rivalizem entre si "[...] na medida em que cada uma delas tenta ampliar a sua capacidade de atração" (SPOSITO, 2010, p. 205). Temos, então, a noção de policentralidade, oriunda dessa competição de interesses. "Se constatamos diferentes níveis de especialização e importância entre esses centros, estamos em face de uma policentralidade" (SPOSITO, 2010, p. 205, *sublinhado da autora*). Ampliando essa discussão, em outro trabalho (SPOSITO, 2013), a pesquisadora destaca que adota a expressão policentralidade para tratar de dinâmicas mais recentes, referentes ao surgimento de grandes superfícies comerciais e de serviços, as quais redefinem, de forma profunda, a estrutura espacial das cidades. Assim, no que tange à policentralidade, a pesquisadora destaca, principalmente, a gênese de hipermercados modernos, pertencentes aos grandes grupos do setor, os *shopping centers* e "centros especializados de

[6] A policentralidade na escala da rede urbana, por exemplo, conforme discussão tecida por Ferreira (2018), impede-nos, claramente, de sua vinculação ao processo de fragmentação socioespacial.

grande porte (de negócios, de serviços médico-hospitalares, de feiras, de festas etc.)" (SPOSITO, 2013, p. 75). Assim, justifica-se "[...] o prefixo grego 'poli', que significa muitos, mas no sentido de diversos ou diferentes entre si" (SPOSITO, 2013, p. 76).

Considerando o fato de que o consumo "é uma categoria de análise vasta, polissêmica e difusa, que abarca desde a satisfação das necessidades primeiras até as mais complexas, passando pelo consumo dos bens culturais e simbólicos, assim como do próprio espaço" (CATALÃO; MAGRINI, 2019, p. 135), o nosso objetivo aqui não é apresentar uma discussão robusta sobre ele, mas destacar alguns aspectos sobre a sua dimensão espacial, a qual é importante para a compreensão do objetivo geral proposto para a execução deste artigo.

Salientamos que o consumo apresenta-se como possibilidade de realização de uma leitura das transformações urbanas e das cidades. Nessa direção, a ampliação e a diversificação do consumo, associadas às lógicas de localização das empresas, proporcionam novas práticas espaciais para os citadinos que se apropriam dos espaços urbanos, ou seja, o consumo está fortemente atrelado às formas de produção do espaço urbano e à apropriação das cidades. O consumo, além de promover (re)estruturação urbana a partir das lógicas das empresas e das práticas espaciais, promove (re)estruturação das cidades, sendo esta a que mais importa para o presente debate, haja vista que ela é reveladora de uma nova divisão econômica e social do espaço, marcada pelo aprofundamento das desigualdades socioespaciais e pela reconstituição das diferenças socioespaciais, que passam, na contemporaneidade, a serem orientadas, cada vez mais, pelas novas formas de consumo

(SPOSITO, 2011). A partir desses argumentos, é possível compreender, pelo menos de forma introdutória, o motivo pelo qual o consumo é "[...] um dos elementos propiciadores da fragmentação socioespacial, que pulveriza as cidades num conjunto heterogêneo e disjuntivo de práticas e espaços" (CATALÃO; MAGRINI, 2019, p. 157). Os resultados das pesquisas que serão apresentados também contribuirão para reforçar esse posicionamento.

Na discussão contemporânea sobre o consumo e sobre a sua articulação à lógica socioespacial fragmentária, o debate sobre os *shopping centers* se apresenta como fundamental, devido, dentre outros elementos, às práticas espaciais de consumo e de lazer que, cada vez mais, estabelecem-se nesses espaços, além da relação deles com a produção do espaço urbano contemporânea, orientada pela lógica da reprodução ampliada e infinita do capital.

Os *shopping centers* [7] são, conforme explica sucintamente Souza (2018), espaços de acesso "público", porém com estatuto jurídico privado. São "enclaves fortificados", conforme defende Caldeira (2000), ou seja, "[...] espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho" (CALDEIRA, 2000, p. 211). São, conforme defende Sarlo (2009 *apud* SPOSITO, 2011), uma alternativa ao espaço público e, em última

[7] Amparado em Nissem (2008), Souza (2018, p. 191) ressalta ainda que: " [...] a proliferação e popularização dos chamados espaços quase-públicos, pseudo-espaços públicos ou, conforme prefere a autora, espaços de caráter híbrido (*spaces of hybrid character*), que são espaços de uso comum mas que possuem estatutos jurídicos privados, consolidaria uma tendência de substituição de formas de interações sociais plurais e heterogêneas (espaços públicos), por formas de relações sociais segmentadas e homogêneas (espaços privados), tendência essa que pode ser observada em diversas cidades de todo o mundo".

instância, à própria cidade. Assim, os *shopping centers* não buscam ser a cidade ou se equiparar a ela. Eles querem ser melhor que a cidade (SARLO, 2009 *apud* SPOSITO, 2011).

Segundo Sarlo (2009 *apud* COLNAGO; SANTOS, 2018), os *shopping centers,* como espaços de consumo e de lazer dos estratos socioeconômicos privilegiados, destacam-se num contexto no qual a insegurança se converteu numa preocupação central. Assim, Colnago e Santos (2018) defendem que os discursos do medo e da violência, amplamente divulgados pela mídia, são utilizados como argumentos pelos estratos socioeconômicos supracitados não apenas no âmbito da moradia - no caso da vivência em espaços residenciais fechados -, mas também pela preferência pelo consumo e pelo lazer em espaços como os *shopping centers*, nos quais os sistemas de segurança atuam em prol da tão sonhada homogeneização, excluindo desses espaços aqueles, como mendigos, desocupados, pessoas de baixo poder aquisitivo, dentre outros, que supostamente oferecem perigo para os frequentadores. Neste contexto de análise, reforçamos o nosso posicionamento de que a criminalização das pessoas de baixo poder aquisitivo representa uma das tristes facetas da perversidade imposta pelo modo capitalista de produção, que afaga e é gentil com os estratos socioeconômicos privilegiados, mas exclui os menos favorecidos economicamente.

Sposito e Góes (2013, p. 301) explicam que a gênese de novas áreas comerciais e de serviços, destacando-se a figura emblemática dos *shopping centers*, [...] contém elementos que apontam para a fragmentação socioespacial". Buscando acrescentar elementos para a compreensão desse fato, apresentamos, ainda, a explicação de Sposito (2013) referente aos empreendimentos, com destaque para os

shopping centers, que se associam às dinâmicas de policentralidade. Embora a autora priorize a sua análise a partir da segregação socioespacial, os elementos apresentados por ela também podem ser utilizados para fazer referência à fragmentação socioespacial, principalmente no que se refere ao deslocamento de consumidores do centro:

> Esses empreendimentos geram segmentação e seletividade socioespaciais, e, alguns casos chegando a ser uma das condicionantes de processos de segregação socioespaciais, porque reforçam ou radicalizam as lógicas de separação social do uso residencial do espaço urbano. Eles são produzidos para atender certos estratos sociais, conforme determinado padrão de consumo, e geram práticas espaciais novas. Por isso, como resultado não controlado (mas impossível de ser evitado), tanto quanto como condição, alteram o conteúdo social, econômico, político e cultural do centro tradicional. Geram o deslocamento de consumidores que, antes, frequentavam esse setor da cidade, para novos espaços mais modernos, mais bem equipados, com áreas de estacionamento, com prestígio social, garantindo-lhes certo grau de homogeneidade nos espaços de consumo, que é de matriz, sobretudo, socioeconômica, no caso brasileiro (SPOSITO, 2013, p. 76).

Finalizada esta discussão teórica prévia, apresentaremos, agora, alguns indicativos e evidências da fragmentação socioespacial pelos enfoques do consumo e da policentralidade, a partir de alguns resultados extraídos de pesquisas concluídas sobre essa temática. Enfatizamos que, para além das pesquisas que serão mencionadas, há muitas outras, desenvolvidas no âmbito dos grupos de pesquisa que participamos - Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e

Redefinições Regionais (GAsPERR) e Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) - que revelam relações entre as práticas espaciais de consumo e o processo de fragmentação socioespacial. A opção pelos trabalhos que serão, sucintamente, mencionados, atendeu ao critério específico referente à necessidade de realizar uma seleção, dado o limite de páginas estabelecido para a realização do trabalho atinente à disciplina cursada na pós-graduação.

A primeira investigação que destacamos é a de Dal Pozzo (2015), na qual o pesquisador avaliou o processo de fragmentação socioespacial com base no consumo segmentado em Presidente Prudente e em Ribeirão Preto, ambas cidades médias situadas no Estado de São Paulo, por meio da perspectiva das práticas espaciais de citadinos residentes em três diferentes *habitat* urbanos, denominados pelo pesquisador como *espaços integrados*, *espaços segregados* e *espaços autossegregados*.

Dentre os vários resultados obtidos pelo pesquisador, destacamos, no que tange à Presidente Prudente, as práticas espaciais de consumo dos residentes em espaços residenciais fechados, que materializam a autossegregação socioespacial. Embora nas entrevistas realizadas o pesquisador não tenha identificado um total desprestígio do centro principal para a realização das práticas espaciais de consumo e de lazer, Dal Pozzo (2015) identificou que, prevalentemente, os entrevistados residentes nesses espaços consumiam em equipamentos comerciais e de serviços localizados do setor sul da cidade, privilegiando alguns eixos viários que servem esse setor, "[...] como as Avenidas 14 de Setembro e 11 de Maio, que circundam o Parque do Povo, além das Avenidas Washington Luís, Manoel Goulart, Coronel José Soares Marcondes e Dr. Cyro Bueno"

(DAL POZZO, 2015, p. 247), sendo eles voltados aos segmentos de médio e alto poder aquisitivo, além das práticas de consumo, incluso o lazer, nos *shopping centers*, principalmente no Prudenshopping. A título de explicitar os resultados obtidos, destacamos as práticas espaciais de consumo da família de Benjamin, as quais ocorriam, sobretudo, nos *shopping centers* da cidade. O entrevistado destacou alguns elementos que o faziam optar pelo consumo nesses espaços, preterindo a área central:

> **Benjamin:** (...) *shoppings* vamos quase que semanalmente (...). Eu não costumo ir muito ao *shopping* para compras, mas, minha mulher e minhas filhas gostam quando é do *shopping*. Elas preferem. Eu faço compras no centro também, muitas vezes, mas, minha mulher e minhas filhas, compram mais no *shopping*. Têm as lojas de roupas, masculinas do *shopping* que, eventualmente, eu vou. No centro, algumas coisas, umas coisas pequenas. Eu frequento o Prudenshopping, mas eu também costumo ir ao Parque Shopping Prudente. [Por que vocês preferem ir aos *shoppings*?] Porque é um setor que têm as melhores lojas, por ser um estabelecimento mais luxuoso, assim, mais sofisticado. Se a gente for pensar no centro da cidade, eu considero, assim, que não têm lojas tão sofisticadas quanto o *shopping*. O *shopping* também é mais confortável, dá para parar (...), você pode aproveitar para comer, passear. Já são feitos para isso (Benjamin, 52 anos, engenheiro civil, Parque Residencial Damha I, Presidente Prudente).
> (DAL POZZO, 2015, p. 243).

Referente à Ribeirão Preto, Dal Pozzo (2015) também salientou indicativos de fragmentação socioespacial a partir das práticas espaciais de consumo segmentado dos morados de espaços residenciais fechados, os quais localizam-se, sobretudo, no setor sul da cidade. A maioria dos entrevistados reside, segundo Dal Pozzo

(2015), próximo ao Shopping Iguatemi, sendo que os demais possuem maior proximidade espacial para estabelecer as práticas de consumo e de lazer com o Ribeirão Shopping e com o Novo Shopping. Ao contrário do interesse por bens e serviços mais baratos, levando os moradores dos espaços segregados[8] e espaços integrados a buscarem, muitas vezes, o centro principal, Dal Pozzo (2015) salientou que os entrevistados da porção sul de Ribeirão Preto buscavam produtos e serviços de qualidade em espaços que pudessem proporcionar exclusividade, segurança, conforto e *status*, o que justifica a ampla utilização, por parte deles, dos *shopping centers* para as atividades relativas ao consumo e ao lazer. Para além da utilização desses espaços, Dal Pozzo (2015) salientou, referente aos entrevistados, as práticas de consumo em outras áreas do setor sul, principalmente em grandes equipamentos de trechos comerciais importantes, em especial na Avenida Presidente Vargas, João Fiusa e Independência. A partir desses resultados, Dal Pozzo (2015, p. 313 e 314) explicou que:

> O consumo segmentado que se realiza nessas novas áreas centrais, representativas de multi e policentralidades e que se distribuem em pontos (tratando-se das localizações, sobretudo, de estabelecimentos comerciais e de serviços) de uma área mais ou menos abrangente do setor sul, reforça, portanto, a perspectiva reticular de uso e apropriação do espaço urbano à qual a

[8] Optamos, em alguns trechos, por utilizar as denominações propostas por Dal Pozzo (2015), as quais foram apresentadas no parágrafo no qual mencionamos uma síntese do objetivo de sua tese, embora reconheçamos problemas nas expressões, sendo esse um debate que não é cabível neste artigo. Assim, optaríamos, por exemplo, pela expressão "espaços submetidos ao processo de segregação", ao invés de utilizar a expressão "espaços segregados".

> fragmentação socioespacial tende a se estabelecer de modo mais preponderante.

No que tange, ainda, à Ribeirão Preto, destacamos que Dal Pozzo (2015), a partir das práticas espaciais de consumo dos entrevistados residentes nos espaços submetidos à segregação socioespacial da porção norte, não identificou elementos caracterizadores de fragmentação socioespacial. Devido à baixa oferta de bens e de serviços nas proximidades dos locais de moradia dos entrevistados, são expressivas as práticas espaciais de consumo desses moradores no centro principal da cidade e em outras parcelas do espaço urbano. Julgamos pertinente fazer referência a esse fato para demonstrar que, pela lente do consumo, Dal Pozzo (2015) não encontrou indicativos ou evidências de fragmentação socioespacial por meio das práticas espaciais dos citadinos de baixo poder aquisitivo e moradores da periferia, residentes nessa porção da cidade, sendo que indicativos ou evidências poderiam ser encontrados, por exemplo, se a pesquisa possuísse a mobilidade e a acessibilidade urbanas como elementos para a investigação desse processo, partindo do princípio de que, em muitas cidades brasileiras, os citadinos de baixo poder aquisitivo e moradores dos espaços que materializam o processo de periferização encontram, cotidianamente, dificuldades para terem acesso à plenitude dos espaços urbanos e, portanto, ao exercício do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001).

De uma forma geral, concernente aos depoimentos de moradores de espaços residenciais fechados, tanto em Presidente Prudente, quanto em Ribeirão Preto, Dal Pozzo (2015) identificou um

desprestígio social do centro principal, o qual passou a não ser mais uma opção viável para os entrevistados, transmutando-se, pois, num espaço de consumo não habitual. Para além desse fato, que aponta para a fragmentação socioespacial, Dal Pozzo (2015) apresentou em sua tese evidências de práticas espaciais de consumo segmentadas a partir das entrevistas realizadas com os citadinos residentes nesses espaços, destacando as práticas de consumo e de lazer nos *shopping centers* e nos supermercados e hipermercados, defendendo que esses são indicadores da lógica socioespacial fragmentária, a qual, segundo Dal Pozzo (2015), apresenta-se de forma mais nítida em Ribeirão Preto.

Em sua tese, Pereira (2018) buscou compreender os espaços urbanos de Juazeiro do Norte - CE e de Ribeirão Preto - SP a partir das áreas comerciais e de consumo, em suas relações com o modo capitalista de produção e o neoliberalismo, assim como o papel dessas áreas na produção e na reestruturação das cidades. Assim, Pereira (2018) optou pela análise a partir da contraposição entre espaços comerciais tradicionais, materializados a partir dos mercados públicos, e os espaços comerciais modernos, representados pelos hipermercados e pelos *shopping centers.* Dessa forma, apresentaremos alguns resultados referentes à Ribeirão Preto e concernentes às práticas espaciais dos citadinos capturadas nas entrevistas, as quais possibilitam-nos identificar pistas da constituição da fragmentação socioespacial nessa cidade.

A partir da leitura de Pereira (2018), um primeiro aspecto importante depreendido a partir das falas dos entrevistados refere-se ao que Dal Pozzo (2015) já havia constatado em sua pesquisa: o desprestígio social do centro principal da cidade, materializado na

diminuição de sua utilização para a realização das práticas espaciais de consumo e de lazer, assim como nas negatividades associadas a ele. Segundo Pereira (2018, p. 422), em Ribeirão Preto, "o centro, ponto de referência e de estruturação da cidade, torna-se apenas um fragmento a mais do espaço, pouco frequentado, associado a sujeira, violência e pobreza". Destacamos, a seguir, dois depoimentos interessantes, reveladores da baixa utilização - ou até mesmo da não utilização - do centro da cidade, assim como da visão negativa associada a ele. O primeiro depoimento é de Priscila, uma jornalista que reside no bairro City Ribeirão, situado na porção sul de Ribeirão Preto. Por intermédio dele, importantes elementos são depreendidos: além de ressaltar a baixa frequentação do centro da cidade, destaca a possibilidade de encontrar tudo que necessita no *shopping center*, um espaço, segundo ela, vantajoso, que permite, além de realizar as compras num ambiente climatizado, estar num espaço que transmite a sensação de segurança.

> **Priscila: O centro, é bem difícil eu ir atualmente**, só vou até lá quando há alguma demanda; quando minha manicure não pode vir em casa, ou quando eu preciso de um produto específico que eu sei que vou encontrar em certa loja lá [...]. Porque tudo que tem no centro eu posso encontrar no *shopping*. E no *shopping* você tem a vantagem das coisas estarem próximas, você vai andar menos, no ar-condicionado que é uma coisa fundamental para Ribeirão Preto/SP e você vai ter mais segurança, teoricamente (Priscila, 51 anos. Entrevista realizada em 12 de fevereiro de 2014).
> (PEREIRA, 2018, p. 369, *grifo do autor*).

O segundo depoimento que apresentamos é da Natália, moradora do bairro Vila Virgínia, situado próximo ao centro

principal da cidade. Seu depoimento é emblemático: afirma que o centro, para ela, é apenas um "lugar de passagem", atribuindo, também, o qualitativo "porcaria" a ele, em uma clara associação à presença de citadinos dos estratos socioeconômicos de baixo poder aquisitivo:

> **Natália:** Quando eu compro, é perto da minha casa, tem uma lojinha lá. Mas também compro no centro. No centro teve uma vez que fui comprar um sapatinho para minha neta, essas coisas assim. Não preciso ir ao centro, pois tem lojinhas perto de casa. **Eu passo todo final de semana quando vou para o sítio, pois vou à rodoviária. Eu não vou ao centro, eu passo pelo centro.**
> **Entrevistador:** Você acha que frequentava mais o centro antigamente? Pelo motivo de não ter muitas lojas no bairro.
> **Natália:** Eu tinha quer ir ao banco. Agora não, tem vários bancos, tem o Itaú, o Banco do Brasil, o Bradesco, estão todos perto um do outro [...].
> **Natália:** Se você parar pra pensar, o bairro parece ser outra cidade, pois podemos encontrar várias coisas. **O pessoal de lá não precisa sair e ir para o centro, encontra tudo lá. Ninguém mais vai ao centro, lá está uma porcaria**. [...] **São pessoas pedindo esmolas, dormindo no chão. As coisas estão em mal estado**.
> **Entrevistador:** E no seu bairro você acha que está tudo bem cuidado?
> **Natália:** No meu bairro sim. Porque no centro está ruim [...] e chega a ser até perigoso (Natália, 62 anos. Entrevista realizada 14 de fevereiro de 2014).
> (PEREIRA, 2018, p. 369 e 370, *grifos dos autor*).

Para Pereira (2018, p. 420), "[...] as novas áreas de comércio e de consumo que foram produzidas [...] relativizaram o papel do centro da cidade no processo de estruturação espacial". Assim, Pereira (2018) ressalta que, a partir das falas dos 15 entrevistados

de Ribeirão Preto, os quais residem em diferentes porções do espaço urbano - norte, sul, leste e oeste, além do centro da cidade -, os espaços mais mencionados para a realização das práticas espaciais de consumo e de lazer são aqueles "[...] característicos na 'sociedade burocrática de consumo dirigido' " (PEREIRA, 2018, p. 420). Dessa forma, Pereira (2018), além de destacar, conforme já mencionamos, a baixa utilização, por parte dos entrevistados, do centro principal de Ribeirão Preto para as atividades relativas ao consumo de bens e de serviços e aquelas ligadas ao lazer, salienta a preferência para a realização dessas atividades no Ribeirão Shopping, no Novo Shopping e nos hipermercados situados próximos a eles, destacando que esses resultados são indicadores da fragmentação socioespacial:

> O processo de fragmentação socioespacial aí se manifesta enquanto uma tendência, dado que os citadinos optam, quando podem, por ir aos espaços periféricos para realizar suas compras, diminuindo o papel do centro da cidade de maneira significativa. Combinam, em grande parte, esses espaços de grandes dimensões, com os super e hipermercados, e o comércio de bairro (PEREIRA, 2018, p. 422).

Por meio dos resultados obtidos em sua tese, Pereira (2018) defende que os espaços comerciais e as práticas espaciais de consumo são reveladores de uma nova condição urbana, característica de um urbanismo neoliberal, na qual o processo de fragmentação socioespacial se constitui numa tendência no âmbito da vida social e urbana. "O resultado é um empobrecimento da experiência urbana fundada na diversidade, no encontro, no espontâneo, no inesperado que é o cerne do que é a cidade em sua essência" (PEREIRA, 2018, p. 12).

Partindo do pressuposto de que a ampliação do consumo promove novos conteúdos à vida urbana, passando a orientar as práticas, os valores e os interesses, seja no âmbito social como no econômico, a partir da perspectiva da produção, incluindo a produção social do espaço, a pesquisa referente ao projeto temático intitulado *"Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo"*, cujos resultados foram divulgados, em 2019, no livro "*Consumo, Crédito e Direito à Cidade"*, organizado por Góes *et al* (2019), foi desenvolvida pelos pesquisadores associados durante seis anos e possuía, dentre os vários objetivos norteadores, a intenção de investigar, a partir de um conjunto de cidades médias, as relações entre reestruturação urbana e reestruturação da cidade a partir do consumo, o qual foi analisado por meio de planos analíticos distintos (GÓES; SPOSITO; CATALÃO, 2019). Dentre os resultados obtidos, destacaremos aqueles referentes à Londrina - situada no Estado do Paraná -, à Presidente Prudente, à Ribeirão Preto e à São José do Rio Preto - sendo essas três situadas no Estado de São Paulo -, as quais, embora sejam diferentes entre si no que concerne ao tamanho demográfico, à situação geográfica perante a metrópole e à diversidade de papéis exercidos (SPOSITO; GÓES, 2019a), apresentam, a partir dos resultados obtidos na pesquisa,

> [...] tendência à exacerbação da separação socioespacial e à conformação de setores em que se concentram não apenas as áreas residenciais dos mais ricos, como também grande parte das estruturas voltadas ao comércio de bens e serviços voltados, prevalentemente, aos segmentos de maior poder aquisitivo (SPOSITO; GÓES, 2019a, p. 86).

Analisando a cidade de Londrina, Sposito e Góes (2019a) destacam, a partir das indicações dos entrevistados, um grande volume de freqüentações no Catuaí Shopping Center para as práticas espaciais de consumo, sendo ele o principal *shopping center* da cidade. Embora o centro principal também tenha sido mencionado pelos entrevistados como um espaço para as práticas de consumo, as pesquisadoras destacam que muitas indicações não foram, de fato, referentes aos estabelecimentos desse setor, pois essa área da cidade foi referenciada devido à frequentação do Royal Plaza Shopping, situado no centro principal, e do Boulevard Shopping, o qual se localiza a leste dele.

Considerando que quanto mais extensa for a cidade, "[...] maior a probabilidade de que se considere com maior peso as possibilidades de realizar o consumo de bens e serviços nas áreas comerciais mais próximas e não necessariamente no centro principal" (SPOSITO; GÓES, 2019a, p. 88), as pesquisadoras explicam outra tendência, verificada em Londrina, para além do consumo expressivo nos *shopping centers*: a partir do aprofundamento da divisão social do espaço e da ampliação das desigualdades socioespaciais, e considerando os vetores de valorização fundiária e imobiliária, há a ampliação do afastamento socioespacial dos moradores, "levando-os progressivamente não apenas a morar distantes uns dos outros, mas a consumir bens e serviços em áreas comerciais que não são as mesmas" (SPOSITO; GÓES, 2019a, p. 89), o que nos leva à ideia de fragmentação socioespacial por intermédio do consumo segmentado, conforme defendido por Dal Pozzo (2015).

A pesquisa revelou que, em Presidente Prudente, com base nas entrevistas realizadas, a área comercial e de serviços mais mencionada é a do Prudenshopping, sendo ele o maior e o principal da cidade, embora, em muitos depoimentos, o *shopping center* seja mencionado apenas como área de lazer. Destaca-se, também, o eixo conformado pelo Parque do Povo, sendo ele indicado para a realização das atividades de serviços. Contudo, nessa cidade, o centro principal permanece importante, segundo os entrevistados, como área para a realização das práticas espaciais de consumo, devendo ser levado em conta que o Parque Shopping Center, situado ao sul do centro de Presidente Prudente, a, aproximadamente, 600 metros dele, é um fator importante no que toca ao reforço da centralidade exercida pelo centro principal (SPOSITO; GÓES, 2019a).

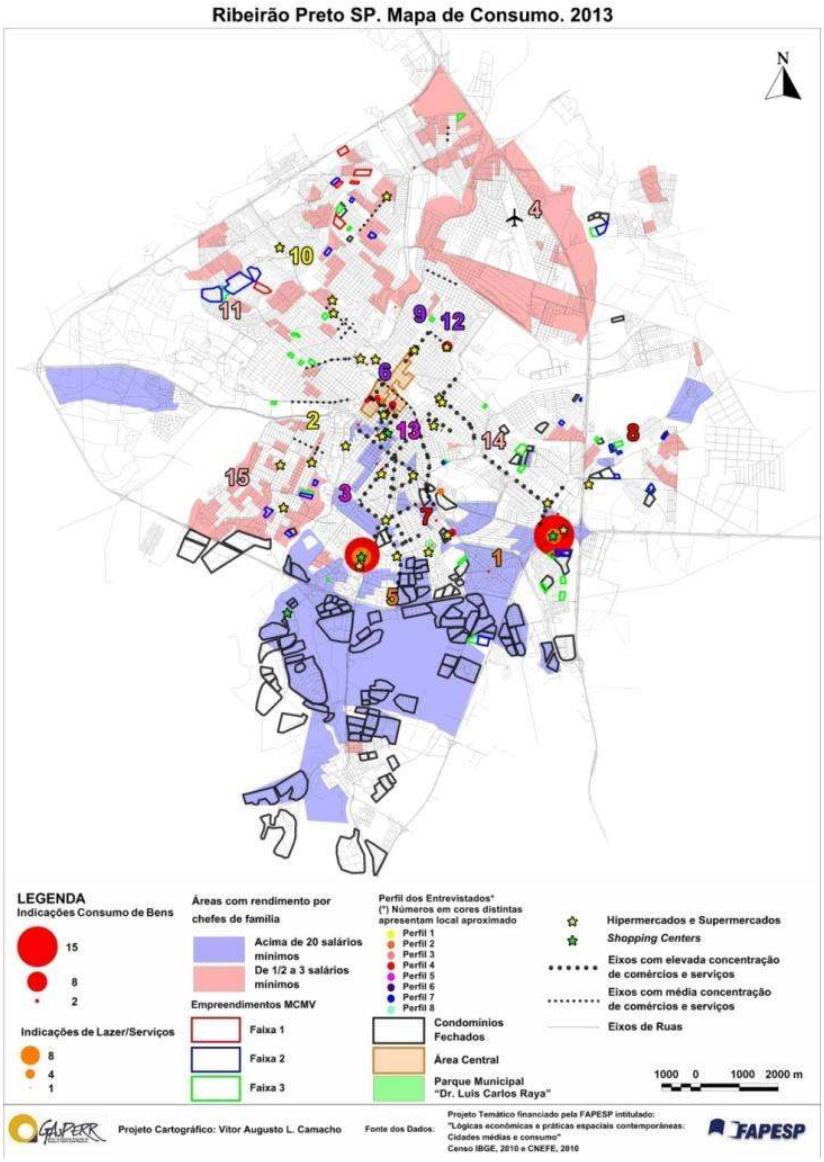
Em São José do Rio Preto, há quatro *shopping centers* - Plaza Avenida Shopping Center, Shopping Cidade Norte, Iguatemi São José do Rio Preto e Riopreto Shopping Center - , sendo este último o mais referenciado como local de consumo nessa cidade (SPOSITO; GÓES, 2019a). A partir da análise das entrevistas, as pesquisadoras destacam as poucas indicações ao centro principal como área de consumo de bens e de serviços. Embora essa seja uma tendência importante, ela não é a única, havendo uma variedade de situações que devem ser consideradas quando avaliamos as práticas espaciais de consumo dos citadinos. Assim, Sposito e Góes (2019a) mencionam entrevistados que não frequentam mais essa área da cidade, assim como outros que frequentam, mesclando a realização de atividades ligadas ao consumo de bens e de serviços com outras porções da cidade, assim como as compras pela internet, que

representam uma prática importante no âmbito do consumo contemporâneo.

A pesquisa indicou, conforme explicam Sposito e Góes (2019a), que Ribeirão Preto, a maior de todas as cidades estudadas no projeto temático, é aquela que oferece as evidências mais claras de aprofundamento da diferenciação socioespacial que apontam para a fragmentação socioespacial. Assim, optamos por apresentar o Mapa 1, que contém elementos importantes para a discussão. A sua observação permite identificar, num primeiro plano, que a diferenciação socioespacial fica evidente na divisão social do espaço, havendo uma nítida oposição entre o norte/noroeste[9], que abriga a maior parte dos conjuntos habitacionais de interesse social do Programa Minha Casa, Minha Vida, sendo uma área que apresenta, prevalentemente, rendimentos de 1/2 a três salários mínimos por chefes de família, ao passo que o sul abriga grande número de espaços residenciais fechados, sendo os citadinos possuidores de rendimentos por chefes de família superiores a vinte salários mínimos. Os setores leste e oeste apresentam, nessa cidade, uma mescla de padrões socioeconômicos (SPOSITO; GÓES, 2019a).

Mapa 1: Ribeirão Preto - SP. Mapa de consumo. 2013.

[9] Embora não seja possível identificar no Mapa 1, destacamos que a área norte/noroeste de Ribeirão Preto contém, ainda, grande parte das áreas favelizadas da cidade.



Obtido em: Sposito e Góes (2019a, p. 99).

A partir dos resultados obtidos em Ribeirão Preto, as pesquisadoras relatam que "[...] o centro principal não tem importância quando se consideram os depoimentos de nossos entrevistados" (SPOSITO; GÓES, 2019a, p. 100), o que claramente é revelado no Mapa 1, no qual a área central, delimitada na cor

laranja, apresenta esferas vermelhas, referentes ao consumo de bens, e laranjas, concernentes ao lazer e à obtenção de serviços, pequenas, o que sugere a baixa indicação do centro principal como área de realização dessas práticas espaciais.

Embora as escolhas espaciais dos entrevistados sejam diversas, quando avaliamos os espaços de consumo, o Mapa 1 evidencia, assim como a pesquisa de Pereira (2018) revelou, o grande número de referências à frequentação do Ribeirão Shopping e do Novo Shopping para as atividades ligadas ao lazer e ao consumo de bens e de serviços, inclusive por moradores do setor norte, além da utilização dos supermercados e dos hipermercados (SPOSITO; GÓES, 2019a). Além dos dois *shopping centers* que foram mencionados pelos entrevistados, há, em Ribeirão Preto, o Shopping Santa Úrsula, situado no centro principal da cidade, e o Iguatemi Ribeirão Preto, cuja implantação é de 2013, situado a sudoeste, na Vila do Golf, o qual não contém indicações dos entrevistados devido ao período de realização da investigação e de sua inauguração recente, conforme explicam Sposito e Góes (2019a).

Como forma de complementar a discussão sobre o Iguatemi Ribeirão Preto, fazemos referência ao fato de que, em novembro de 2019, realizamos, em Ribeirão Preto, o trabalho de campo exploratório referente ao novo projeto temático, também financiado pela FAPESP, denominado *"Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos - FragUrb"* [10], em conjunto com pesquisadores e estudantes de diferentes níveis acadêmicos. A pesquisadora responsável por guiar

[10] Processo FAPESP nº 18/07701-8. O nosso projeto de pesquisa de mestrado está vinculado a ele.

um dos trabalhos de campo, Débora Prado Zamboni, Arquiteta e Urbanista, professora da Universidade Paulista (UNIP), indicou que ele se diferencia dos demais *shopping centers* de Ribeirão Preto, sendo o mais luxuoso e nitidamente construído visando agregar, a esse espaço de consumo, a ideia de distinção social para os citadinos da porção sul da cidade. Assim, esse *shopping center*, revelador de policentralidade, é um forte indicador da fragmentação socioespacial e da segmentação do consumo, conforme já defendido por Sposito e Góes (2019b).

Como forma de apresentar uma série de indicativos, evidências e tendências que apontam para a constituição da fragmentação socioespacial nas cidades, e, particularmente, nas seis cidades médias[11] estudadas no projeto temático, optamos por citar o trecho a seguir. Os indicativos apresentados nele extrapolam a leitura do processo pelas lentes do consumo e da policentralidade, sendo que os três últimos são compatíveis com esses enfoques de investigação. Esse trecho é significativo, pois revela que a fragmentação socioespacial é um processo complexo, que pode ser pesquisado e identificado à luz de diferentes perspectivas analíticas, sendo ele, segundo Sposito e Góes (2019a, p. 104), revelado "[...] pela sobreposição entre permanências e transformações, numa incalculável multiplicação de possibilidades".

[11] Além de Londrina, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto, o projeto temático investigou, também, Marília e São Carlos, nas quais os resultados foram reveladores de diferenciação socioespacial, não havendo indicativos nítidos de fragmentação socioespacial a partir da perspectiva analítica privilegiada na pesquisa (SPOSITO; GÓES, 2019a).

a) crescimento da implantação de espaços residenciais fechados, revelando a substância da segregação contemporânea, expressa como autossegregação;
b) afastamento espacial dos mais pobres, processo que já é marca das cidades brasileiras, mas que se radicaliza em decorrência dos programas de produção de habitação de interesse social e das escolhas espaciais feitas pelo poder público;
c) além de separação, oposição entre os espaços residenciais dos mais ricos e os dos mais pobres, tanto por meio da distância física entre eles como por intermédio das barreiras e controles materiais e imateriais que asseguram a tal separação de natureza socioespacial e todos os tipos de clivagens dela decorrentes;
d) combinação paradoxal entre maiores desigualdades socioespaciais, na escala das cidades, e maior homogeneidade socioespacial na escala dos setores que a compõem, um dos elementos da estrutura fragmentada que a caracteriza;
e) contradição entre melhoria das condições socioeconômicas para o consumo e diminuição das condições de acesso ao espaço urbano, revelada pelas distâncias entre espaços de moradia e os de consumo;
f) maior distinção entre as práticas espaciais associadas ao consumo, segundo classes sociais, faixas etárias, grupos e indivíduos;
g) sobreposição de estruturas centro-periféricas, característica das cidades latino-americanas, por estruturas espaciais mais complexas, multi(poli)cêntricas, porque as escolhas espaciais das grandes empresas assim o desenham, mas também porque as práticas espaciais dos consumidores sobre o projeto de cidade que se quer impor rabiscam suas escolhas, reafirmando os interesses daquelas, mas também anunciando os seus desejos, mais e mais, associados ao consumo, não apenas de bens e serviços, mas também dos lugares onde eles se realizam (SPOSITO; GÓES, 2019a, p. 104).

Considerações finais

As pesquisas sucintamente apresentadas - Dal Pozzo (2015), Pereira (2018) e aquelas no âmbito do projeto temático - contêm indicativos e evidências da fragmentação socioespacial, pelas óticas do consumo e da policentralidade, a partir de três direções principais, as quais podem ser vistas como intimamente conectadas: 1) a perda da hegemonia do centro principal como espaço de consumo de bens e de serviços, incluindo as práticas espaciais de lazer; 2) práticas espaciais reveladoras de um consumo segmentado; 3) a policentralidade como reveladora da fragmentação socioespacial, sobretudo a partir do consumo e das práticas de lazer nos *shopping centers*, além da utilização dos supermercados e dos hipermercados para a realização dessas práticas espaciais.

Para além dos resultados analisados neste artigo, ressaltamos, ainda, duas visões fundamentais para a compreensão do processo eleito como norteador para esta discussão. Embora os resultados apresentados, sobretudo aqueles provenientes de Dal Pozzo (2015), apontem, principalmente, para a fragmentação socioespacial identificada por meio da segmentação do consumo de citadinos residentes em espaços residenciais fechados e, portanto, pertencentes aos estratos socioeconômicos de maior poder aquisitivo, Catalão e Magrini (2019) defendem que a lógica socioespacial fragmentária não é apenas produzida por esses segmentos socioeconômicos, que possuem, além da opção de escolher quais áreas da cidade frequentar para o consumo e para as práticas espaciais de lazer, o poder de decisão concernente às áreas que devem ser evitadas. Assim, nas palavras dos autores,

> A fragmentação socioespacial perpassa todos os segmentos socioeconômicos, pois diz respeito a uma questão de fundo civilizacional, qual seja, a tendência contemporânea de privatização da vida por meio de práticas e espaços restringidos a grupos pré-selecionados, que cumprem mais fortemente a função de apartar-se dos demais do que criar sociabilidades e identidades internas. Isso tudo é mediado pelas práticas espaciais no/do espaço que são ao mesmo tempo elementos de identificação e de separação.
>
> Desse modo, entendemos que a fragmentação socioespacial, embora contenha de modo central como sua expressão e condição espacial mais evidente os enclaves fechados, não se restringe a esses espaços, porque há uma série de outros tipos de enclaves demarcados por barreiras mais fluidas, não raro apenas simbólicas, que estabelecem rupturas e modos de separação socioespacial no interior da cidade (CATALÃO; MAGRINI, 2019, p. 142).

Este pressuposto defendido por Catalão e Magrini (2019) é revelador do pilar que sustenta o projeto temático FragUrb, ao qual a nossa pesquisa de mestrado vincula-se: a partir de uma leitura das práticas espaciais, as quais ocorrem para diferentes finalidades e, portanto, não devem ser tomadas isoladamente, busca-se compreender a lógica socioespacial fragmentária - que é, em essência, uma hipótese no âmbito do projeto temático - com foco nos citadinos de baixo poder aquisitivo e moradores das periferias das cidades que são privilegiadas na pesquisa (SPOSITO, 2018).

O segundo elemento que enfatizamos ao término deste artigo se refere à contradição dialética, defendida por Catalão e Magrini (2019), quando tomamos o consumo como elemento analítico. Segundo eles, embora seja possível interpretar o consumo por meio de uma perspectiva de alienação, sendo ele o alicerce da fragmentação socioespacial, é também possível tomá-lo como "[...]

elemento que possibilita a construção da cidadania, elemento imprescindível à luta pelo direito à cidade" (CATALÃO; MAGRINI, 2019, p. 144). Partindo do argumento de que o direito à cidade deve ser repensado, visando a contemplar as mudanças societárias, com destaque para o papel do consumo na integração e na sociabilidade dos segmentos socioeconômicos menos favorecidos (CATALÃO; MAGRINI, 2019), e considerando que o acesso ao exercício do direito à cidade é uma das formas de romper com a lógica socioespacial fragmentária, sendo esse processo, conforme defendem Catalão e Magrini (2016), a antítese do direito à cidade, temos que o acesso de todos às diferentes áreas comerciais das cidades, e, portanto, ao consumo, além de ser uma dimensão que deve ser privilegiada quando estudamos e defendemos o direito à cidade, é uma forma de romper com a fragmentação socioespacial. Para tanto, o consumo, por si só, não deve ser tomado como isolado, mas sim em articulação com a mobilidade e a acessibilidade urbanas adequadas, que possibilitam que ele seja realizado plenamente.

Referências

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A prática espacial urbana como segregação e o "direito à cidade" como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p. 95-110.

CATALÃO, Igor; MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. Can consumption mediate the right to the (fragmented) city? **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, v. 7, n. 1, p. 19-32, 2016.

CATALÃO; Igor; MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. Direito à cidade e consumo: contradições e convergências. In: GÓES, Eda Maria *et al.* **Consumo, crédito e direito à cidade.** 1.ed. Curitiba: Appris, 2019, p. 133-158.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.

COLNAGO, Ellen Tamires Pedriali; SANTOS, Eliane Silva. Espaços de consumo e lazer (shopping centers): uma discussão sobre a centralidade urbana e a fragmentação socioespacial. **InterEspaço - Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 4, n. 14, p. 122-144, maio/ago. 2018.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES MÉDIAS PAULISTAS:** Os territórios do consumo segmentado de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. 2015. 400 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

FERREIRA, Heloísa Mariz. **O centro preexistente e o centro principal nas cidades policêntricas:** transformações e permanências em Marília, Presidente Prudente e São Carlos-SP. 2018. 448f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

GÓES, Eda Maria *et al.* **Consumo, crédito e direito à cidade.** 1.ed. Curitiba: Appris, 2019.

GÓES, Eda Maria; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; CATALÃO, Igor. Introdução. In: GÓES, Eda Maria *et al.* **Consumo, crédito e direito à cidade.** 1.ed. Curitiba: Appris, 2019, p. 9-16.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

PEREIRA, Claúdio Smalley Soares. **Centro, centralidade e cidade média:** O papel do comércio e serviços na reestruturação da cidade de Juazeiro do Norte/CE. 2014. 329f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PEREIRA, Claúdio Smalley Soares. **A nova condição urbana**: Espaços comerciais e de consumo na reestruturação da cidade - Juazeiro do Norte/CE e Ribeirão Preto/SP. 2018. 486 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie-France. Fragmentación espacial y social: conceptos e realidades. **Perfiles Latinoamericanos**, n. 19, p. 33-56, dez. 2001.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie-France; PINEDA, Rodrigo. Buenos Aires: la fragmentación en los intersticios de una sociedad polarizada. **Eure**, vol. XXXIV, n. 103, p. 73-92, dez. 2008.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Território**, n. 4, p. 39-53, jan./jun. 1998.

SALGUEIRO, Teresa Barata. **Lisboa, Periferia e Centralidades.** Oeiras: Celta, 2001.

SOUZA, Andre Felix de. Os espaços públicos nas cidades contemporâneas: uma (re)visão. **Revista Geografares**, jul/set 2018, p. 182 - 213.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média.** Presidente Prudente: Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2001, v. 1, p. 235-254.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Multi(poli)centralidade urbana. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SANT'ANNA NETO, João Lima. **Uma Geografia em movimento**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 199-228.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas:** cidades médias e consumo. Presidente Prudente, projeto temático financiado pela FAPESP, 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Orgs.). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p. 61-93.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Metropolização do espaço: cidades médias, lógicas econômicas e consumo. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. **Desafios da metropolização do espaço.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 125-151.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira:** escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos - FragUrb. Presidente Prudente, projeto temático financiado pela FAPESP, 2018.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades:** insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. Da diferenciação à fragmentação socioespacial. In: GÓES, Eda Maria *et al.* **Consumo, crédito e direito à cidade.** 1.ed. Curitiba: Appris, 2019a, p. 77-104.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. Shopping centers: consumo, lazer e controle social. In: GÓES, Eda Maria *et al.* **Consumo, crédito e direito à cidade.** 1.ed. Curitiba: Appris, 2019b, p. 105-130.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, 2011, p. 37-58.

WHITACKER, Arthur Magon. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto - SP.** 2003. 237f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

Submetido em: 10 de janeiro de 2021.
Devolvido para revisão em: 4 de outubro de 2021.
Aprovado em: 21 de dezembro de 2021.

Como citar este artigo

ABATE, A. A. Fragmentação socioespacial em cidades médias: uma leitura através do consumo e da policentralidade. **Terra Livre,** v. 1, n. 56, p. 398-439, Jan.-Jun./202